

INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE PEDAGÓGICA NO CURSO DE GEOGRAFIA: VIVÊNCIAS CONSTRUÍDAS

Autor: Erielson Evangelista da Silva[1]
Universidade do Estado da Bahia – DEDC Campus XI Serrinha - BA
E-mail: erielson02@gmail.com
Autor: Paulo Vitor Silva de Jesus[2]
Universidade do Estado da Bahia – DEDC Campus XI Serrinha - BA
E-mail: unebvitor@gmail.com
Professora Orientadora: Jusceli Maria Oliveira de Carvalho Cardoso[3]
Universidade do Estado da Bahia – DEDC Campus XI Serrinha - BA
E-mail: jcardoso@uneb.br
Professora Orientadora: Ivan dos Reis Cardoso[4]
Universidade do Estado da Bahia – DEDC Campus XI Serrinha - BA
E-mail: icardoso@uneb.br

Palavras-chave: Geografia; Equidade; Educação

INTRODUÇÃO

No presente texto, apontamos como temática central a discussão sobre as possibilidades de construções de práticas de acessibilidade e inclusão pedagógica junto a estudante com deficiência visual, por meio de articulações entre o NAI- Núcleo de Acessibilidade e Inclusão, do DEDC XI e o curso de Licenciatura em Geografia, UNEB, DEDC XI, na cidade de Serrinha.

[1] Erielson Evangelista da Silva, Discente do Curso de Geografia UNEB/DEDC XI Discente atendido pelo NAI/DEDC XI.
[2] Paulo Vitor Silva de Jesus, Discente do Curso de Pedagogia UNEB/ DEDC XI Monitor de acessibilidade do NAI/ DEDC XI.
[3] Jusceli Maria Oliveira de C. Cardoso, Professora Doutora em Ciências da Educação Docente/DEDC XI/ UNEB.
[4] Ivan dos Reis Cardoso, Professor Doutor em Difusão do Conhecimento/DEDC XI/UNEB Coordenador do Colegiado de Geografia/ DEDC XI.

Sabe-se que, as políticas públicas em educação, no Brasil, caminham na direção, cada vez mais voltadas a construção de práticas inclusivas , considerando a diversidade humana e em especial, vislumbrando os processos de acessibilização pedagógica, nas escolas e universidades, para contemplar pessoas com NEE-necessidades educativas especiais, pessoas com deficiências.

A UNEB- Universidade do Estado da Bahia, em especial o DEDC XI, tem experienciado, há quase oito anos, ações voltadas para acessibilidade e inclusão pedagógica de estudantes graduandos na condição de deficiências ou com NEE, nos cursos de Licenciatura e Bacharelados.

Ademais, consoante a Resolução interna, 1521/2022, intitulada por Política de Acessibilidade e Inclusão para Pessoas com Deficiência, Transtorno Global de Desenvolvimento, Transtorno do Espectro Autista, Altas Habilidades e outras necessidades especificas temporárias e permanentes de caráter acadêmico e laboral, no âmbito da UNEB, consideram-se pertinentes todas as ações que se voltam a promoção de acesso das pessoas a Universidade.

Em atenção aos processos de equidade e políticas afirmativas, sobretudo com as cotas de acesso para estudantes com deficiência e outras especificidades educativas especiais, o NAI DEDC e o Colegiado de Curso de Geografia, tem buscado articular diversas ações que intentam fomentar a cultura inclusiva, principalmente em consideração a inclusão de discente cegos.

Com esse caminhar, alicerçado nos estudos, pesquisas e produções acadêmicas emergentes do desejo e da necessidade de buscar práticas educativas inclusivas, nascem diversas ações práticas, no cotidiano do ensino, pesquisa extensão desenvolvidos no decurso formativo produzidos pela imersão dos sujeitos no universo desafiador de edificar o ensino da Geografia pelos caminhos da acessibilidade pedagógica.

Advindo das experiências, vividas, constituídas pelos atores e atrizes sociais, diretamente ligados ao Curso de Geografia , nasceu nosso objetivo em tecer os fios do texto: refletir sobre as experiências construídas pelo coletivo acadêmico, sobretudo articuladas pelo Colegiado de Curso e o NAI, junto a estudante cego, imerso no curso de Geografia, voltadas para potencialidade dos recursos elaborados para acessibilidade pedagógica.

A metodologia adotada para construção do texto se consolida pela perspectiva qualitativa dos estudos em educação, tendo o recorte voltado para descrever analiticamente as experiências em acessibilidade e inclusão pedagógica edificados, tendo como foco o processo educativo acessível para o estudante com deficiência visual, ou melhor a condição da cegueira, em imersão na ciência Geográfica, que paradoxalmente á condição da não visão, é um corpo científico fortemente demarcado pelas visualidades.

Para tanto, adotamos uma perspectiva empírica, tendo como dispositivo principal o registro narrativo, dando voz aos sujeitos sociais, além de considerar os arquivos e documentos depositados no NAI, como fonte de acesso as informações que tratadas, dão origem as narrativas que integram o processo de análise de discussão sobre o objeto das ponderações tratadas: os processos de acessibilidade e inclusão pedagógica do estudante cego, no curso de Geografia.

Intentamos, pois, que as experiências aqui descritas, embora brevemente, possam servir de bússola para outras realidades, em que temos o desafio de construir práticas

pedagógicas pautadas pela acessibilidade e inclusão de cegos e de todas as pessoas que busquem e desejem estar e aprender na Universidade, em especial, no campo da Geografia.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Fomos desafiados e desafiadas a construir rotas de ensino aprendizagem junto a pessoa cega, tendo com moldura os desafios de tornar o ensino, a extensão e a pesquisa, propostas pelo curso de Geografia do DEDC XI, acessíveis sob o ponto de vista pedagógico.

Entendemos como deficiência visual a condição irreversível que acaba causando uma perda funcional do sistema da visão. Assim, dependendo do nível da deficiência visual, os exercícios comuns do cotidiano, como assistir televisão e dirigir, acabam sendo impraticáveis ou comprometidos.

Neste sentido, a deficiência visual é determinada pela acuidade visual. Conforme os parâmetros legais, no Decreto nº. 5296 de 02 de dezembro de 2004, Art.5º, Capítulo II – Do atendimento Prioritário, §1º:

> c) deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os cegos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores.

A pessoa é considerada como na condição de deficiência visual quando tem uma perda total ou parcial da visão, podendo ser congênita ou adquirida. De acordo com Conde (2004), existem três tipos diferentes para a classificação da deficiência visual, sendo elas baixa visão, cegueira parcial e cegueira total.

Quando se fala sobre acessibilidade, tem-se uma complexidade e amplitude muito vasta já que tal vocábulo remete a uma amplitude de lacunas de desejos de construir uma sociedade onde todos caibam sem preconceitos ou atitudes capacitistas.

Neste escopo, tange como necessidade, ponderarmos sobre o que consideramos como acessibilidade pedagógica, o que obviamente, remete a construção de caminhos, meios, recursos que aproximem o ato de ensino com a aprendizagem.

De tal modo, quando consideramos o estudante com cegueira, o desafio de acessibilização das práticas pedagógicas, dentro dos cenários da ciência geográfica, se expande e demanda dos sujeitos todos que integram o coletivo acadêmico, posturas e mudanças de atitudes, das mais simples, como não estacionar o carro, na vaga destinada a pessoa com deficiência, ou mesmo, evitar deixar mobiliários , utensílios na área de trânsito da pessoa cega.

> Com o movimento de inclusão e acessibilidade, temos oportunidade de convivência pedagógica e social com necessidades educativas especiais, como também, com pessoas com deficiências sensoriais,

> entre as quais, a visual e/ ou na condição da cegueira. Ocasião que nos possibilita profundos aprendizados no que tange ao exercício das transposições de linguagens das visualidades para a oralidade, ampliando o potencial comunicativo e de interações sociais.(CARDOSO e PEREIRA, 2024, p.200)

A Geografia, como campo dialogante por excelência com diversos outros campos de saberes, interage o tempo todo com os movimentos semióticos, exigindo dos docentes e discentes, movimentos profícuos de interatividades que acionam as multilinguagens, sejam elas de diversos modais.

Nesta perspectiva, os caminhos teóricos que lançam luzes sobre as práticas educativas, se sustentam na perspectiva do socio interacionismo de Vygotsky sobretudo nos postulados que afirmar a importância das interações sociais na construção do conhecimento, ademais, os postulados vigotskianos nos oferecem bússolas importantes para guiar as práticas de inclusão, sobretudo pela edificação da pedagogia das potencialidades, que vislumbra a capacidade de todos e todas para aprendizagem.

> Nas produções de Vygotsky (1998) destinamos a achar ancoragem teórica para nortear as discussões ponderadas ao longo deste artigo, em outro pressuposto de grande valia para a educação de estudantes com deficiência visual: a mediação. Para Vygotsky, esta conceituação se define como potência motora que favorece as aprendizagens dos sujeitos. Neste viés, além das pesquisas e excessiva colaboração teórica quanto ao processo formativo da linguagem e do sujeito como um ser sócio, biológico e cultural. (CARDOSO e OLIVEIRA, 2023, p.5)

Nesta ótica, capturamos a necessidade de pensar em rotas, caminhos, atalhos que promovam essa intergenericidades de textos que circulam nos currículos dos cursos de Geografia, em movimentos de inventividades pedagógicas inclusivas, em atos de transposição de linguagens visuais para auditivas e mesmo as táteis.

> Pensar no ato pedagógico como inclusivo, pressupõe imaginar o espaço educativo como aberto a inventividades necessárias para que todos estejam partícipes dos atos educativos. E assim, vão se desenhando novas possibilidades, novos contornos para essa nova e necessária Didática inclusiva: um campo aberto ao novo, ao necessário acolhimento de formas plurais de educar a diversidade. (CARDOSO e PEREIRA, 2024, p.204)

Com tal premissa anunciada pelas autoras supracitadas, assentamos nosso olhar para o estudante cego, que imerso no curso de Geografia, demonstrava necessidades especificas para compreensão do contexto, conteúdos, muitas vezes, pautados pela visualidade e que, com as práticas inclusivas e exercícios de acessibilidade poderiam ser consolidadas por meio de outras linguagens, como táteis, auditivas com suportes em diversos meios e usos de dispositivos digitais a saber: ledores de telas, aplicativos de conversão de texto em tinta em voz dentre outros.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os desafios de acessibilizar materiais didáticos, textos e movimentos para tornar o contato entre o estudante cego com os conteúdos veiculados e cobrados no processo formativo do Geógrafo, nos impulsionaram a estudos constantes, diálogos entre o NAI e o Colegiado de Geografia, num processo de descobertas, de criatividades e inventividades pedagógicas, como atos de um ensino que se alicerça com certa pujança na pesquisa. É nestes movimentos de pesquisar, fomos elaborando um corpo de estratégias, meios e práticas inclusivas as quais podemos pontuar:

1. Práticas de orientação e mobilidade
2. Práticas de audiodescrição pedagógica
3. Práticas de conversão de textos – Tinta para áudio
4. Suporte de monitores de acessibilidade nas aulas de campo e viagens de estudos
5. Adaptação de provas, textos, mapas para recursos táteis
6. Experiências de contato Braille e escrita a tinta
7. Uso do multiplano como recurso para formação de espacialidades, localização, compreensão geométrica dos espaços, cálculos de áreas dentre outros

As práticas pontuadas, contribuem para a acessibilidade pedagógica, favorecendo a inclusão, o vínculo e autonomia dos estudantes com deficiência visual em sala de aula, sobretudo pela apropriação pedagógica da audiodescrição, que inicialmente se aplicou a processos de comunicação e que, no entanto, a prática tem nos ensinado o quanto valioso é este recurso, quando usado pedagogicamente , nas aulas em salas de aula, e mesmo durante as viagens e aulas de campo.

Outras ferramentas que guardam potencial contribuição para o processo de acessibilidade pedagógica e inclusão de estudantes com deficiência visual são as tecnologias assistivas, e usos de dispositivos como: computadores com ledores de tela, alfabeto em braille, a reglete, a máquina e os materiais em alto-relevo, uma série de dispositivos que os estudantes com deficiência visual podem utilizar de modo a garantir o acesso e compreensão dos textos escritos e a cultura letrada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O nosso exercício enquanto discentes- docentes e pesquisadores nos permite evidenciar a necessidade da utilização de materiais didáticos acessíveis para o processo formativo de estudantes com deficiência visual na dinâmica universitária, visando a autonomia , a permanência e aprendizagem dos estudantes e todo o coletivo acadêmico, pois os benefícios das práticas de acessibilidade vão além de atender as necessidades da pessoa cega. Ao contrário disso, há, notadamente o benefício de todos e todas, pois aprender no coletivo e na diversidade se converte em exercício fecundo para se compreender a Geografia em todos os sentidos, sobretudo a Geografia Humana.

Com certa obviedade, há que ponderarmos que existem ainda, dificuldades, no entanto, nossa caminhada como sujeitos imersos na realidade da Universidade, aponta para os avanços e práticas presentes no processo de acessibilidade pedagógica de estudantes com deficiência visual na dinâmica universitária da UNEB/*Campus* XI.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, Jusceli Maria O. de Carvalho, PEREIRA, Ana Cristina da Silva Oliveira. Audiodescrição como dispositivo didático-pedagógico: saberes e aprendizagens tecidas na docência inclusiva na universidade. Revista ELITE, v. 1 n. CADERNO ESPECIAL (2023): VIDAS ESTUDANTIS, TRAJETÓRIAS DA PERMANÊNCIA E PERCURSOS FORMATIVOS NO CONTEXTO UNIVERSITÁRIO, 2023. Disponível em: https://www.revistas.uneb.br/index.php/elite/issue/view/785

CARDOSO, Jusceli Maria Oliveira de C. Cardoso, OLIVEIRA, Jaiane Barros Santos. Processo de acessibilidade pedagógica junto a discentes com deficiência visual: práticas construídas no *campus* XI, UNEB. Trabalho de Conclusão de Curso, Colegiado de Curso de Pedagogia, UNEB, Serrinha, 2023